

Langoni pede juros prefixados

Brasília — Os deputados da CPI da dívida externa foram surpreendidos ontem com o depoimento do ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, que criticou a forma como está sendo conduzida a renegociação da dívida brasileira. Langoni afirmou que “após um ano de crise, as lições ainda estão para ser aprendidas”. Ele considerou que se, não for incluída na negociação a prefixação das taxas de juros, “qualquer flutuação do mercado poderá inviabilizar o que já foi acertado com o FMI”.

O relator da CPI, Deputado Sebastião Nery (PDT-RJ), perguntou a Langoni se ele votaria a favor do Decreto-Lei 2 045, que reduz os salários a 80% do INPC. Langoni manifestou-se contra o Decreto e foi favorável a uma política salarial que assegure o reajuste integral para quem está na faixa mais baixa e, a partir daí, a livre negociação entre patrão e empregado.

A intervenção de Regan

O presidente da CPI, Deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), iniciou os debates querendo saber se o Brasil terá condições de cumprir a 3ª Carta de Intenção com o FMI. Langoni foi enfático: “Em princípio, qualquer meta de política econômica é viável, desde que haja solidariedade interna e apoio político, para relevar os altos custos sociais”.

A 3ª Carta de Intenção resulta, para Langoni, “de uma visão distorcida do FMI”, segundo a qual os problemas estruturais de um país como o Brasil podem ser solucionados em dois ou três anos, período excessivamente curto”. Segundo ele, zerar o déficit público e reduzir a inflação de 180% para 55% em 1984 terá consequências sociais extremamente significativas. Uma meta factível, na sua opinião, seria 80% de inflação e déficit público de 1% do PIB.

Ele respondeu, também, ao Deputado Furtado sobre a “ameaça” do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, de considerar fundamental a aprovação do Decreto-Lei 2 045 pelo Congresso brasileiro para a liberação dos recursos do FMI. Langoni afirmou que a atitude de Regan é a interpretação da “visão míope, tímida e inadequada” que o Governo americano tem da crise econômica dos países em desenvolvimento.

Langoni admitiu que houve “excessiva centralização” das decisões sobre a negociação da dívida externa no Ministério do Planejamento. “Fiz sugestões aos Ministros da Fazenda e Planejamento de que o documento preliminar do acordo com o FMI deveria ser debatido com os demais ministros, empresários e políticos. A minha maneira de fazer seria diferente”. A área econômica, segundo Langoni, “ficou isolada”, e o Itamarati “teve uma participação modesta.